



HISTÓRIA DE EMPRESAS, HISTÓRIA DA TECNOLOGIA

O crescimento industrial de Ribeirão Preto de 1911 a 1930

The industrial growth of Ribeirão Preto from 1911 to 1930

Leandro Maia Marques¹

RESUMO: Neste trabalho é analisado o crescimento industrial de Ribeirão Preto (SP) de 1911 a 1930, conforme os limites impostos, tanto externos, por estar na periferia industrial internacional e brasileira, como internos, dentro das atividades econômicas urbanas, pelo comércio. As ações e omissões políticas dos empresários industriais, da Prefeitura e Câmara Municipais e ideológicas acerca da indústria, como a ausência de industrialismo, a reprodução de ideias equivocadas, anti-industriais e confusas, estas por serem sócios de uma atividade industrial híbrida, dedicada, também, ao comércio e ao serviço. As características econômicas majoritárias desses limites, como o predomínio de bens de consumo não duráveis, pouco uso de energia elétrica e pequena ocupação do mercado local somada a aspectos positivos minoritários.

Palavras-chave: Ribeirão Preto. Crescimento Industrial. Limites do Comércio.

ABSTRACT: In this work, the industrial growth of Ribeirão Preto (SP) from 1911 to 1930 is analyzed, according to the limits imposed, both external, by being in the international and Brazilian industrial periphery, and internal, within urban economic activities, by trade. The political actions and omissions of industrial entrepreneurs, City Hall and City Councils and ideological about the industry, such as the absence of industrialism, the reproduction of mistaken, anti-industrial and confusing ideas, these for being partners of a hybrid, dedicated industrial activity, also, to commerce and service. The majority economic characteristics of these limits, such as the predominance of non-durable consumer goods, little use of electricity and small occupation of the local market, added to minority positive aspects.

Keywords: Ribeirão Preto. Industrial Growth. Trade Limits

¹ Mestre em História Econômica pela USP. Email: leandromaiam@yahoo.com.br



Introdução

Inicialmente, entre as décadas de 1880 a de 1920, o crescimento da produção econômica do município de Ribeirão Preto, como outros do interior fluminense e paulista, foi determinado pela cafeicultura de exportação, a qual implantou seus componentes urbanos, segundo a citação abaixo:

Formação e expansão do complexo cafeeiro. [...] à medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas [...] a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário [...]; a expansão do sistema bancário; a atividade do comércio atacadista, de exportação e de importação; o desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura - portos e armazéns, bem como daquelas inerentes e mais vinculadas ao processo de urbanização, como o comércio varejista, transportes urbanos, comunicações-, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos [...] Esse processo tem seu momento decisivo de aceleração [...] entre 1890-1900 [...] (Cano, 1990, pp.20, 21 e 69)

Graças ao alto consumo das famílias de cafeicultores e da ascendente classe média a necessidade de demanda era cada vez mais alta, apenas atendida pelos produtos importados e, em menor medida, pelos de São Paulo e município e estado do Rio de Janeiro (RJ), por isso formou-se uma rede de abastecimento urbana próxima às fazendas e daí formou-se o centro comercial de Ribeirão Preto.

Estimulado desde 1883 com a construção do ramal e da estação provisória locais da ferrovia Mogiana o qual, além de escoar a exportação de café, sua principal fonte de receita, transportava, também, de forma precoce, as mercadorias fabricadas fora de Ribeirão Preto, importadas e nacionais, distribuía e abastecia de modo eficiente o comércio local.

A partir daí, formaram-se os componentes urbanos do complexo cafeeiro em Ribeirão Preto os quais foram formados por empresas privadas que atendiam empresas e pessoas (moradores, viajantes, migrantes e imigrantes) assim como consumidores das classes de renda privilegiada, média e popular.

Por isso, graças à sua diversificação serão divididos, de forma agregada, em 11 áreas econômicas (construção civil, móveis e objetos para casa, alimentos e bebidas, vestuário, saúde, educação, transporte, comunicações, financeira, lazer e diversos), em



algumas atividades mais importantes serão colocadas dentro de parênteses os anos das suas fundações, descritas no tópico a seguir.

A consolidação da liderança do comércio nas atividades econômicas urbanas na década de 1920 e sua barreira para o crescimento da indústria ribeirão-pretana

A área da construção civil foi formada por extratoras de pedra de basalto, areia e barro; serviços de pedreiros, mestres de obras, canteiros, pintores, vidraceiros, construtores, empreiteiros, agrimensor e engenheiros; comércio de loteamentos, imóveis e depósito de cal; indústrias de olarias, serraria, macadame, ladrilho, mármore, porta e janela de madeira; e atividades industriais híbridas, que, além da indústria, se dedicavam, concomitantemente, à prestação de serviços, pois, também, consertavam e faziam a manutenção dos produtos que produziam ou que eram feitos por outros fabricantes. Exemplo: marcenaria, carpintaria, ferraria e serralheria.

A área de móveis e objetos para casa foi formada por comércio de louças e móveis; serviços de amolador, tapeceiro, lavadores de estofados e chaveiros; indústria de baú, berço e cabide, cadeira, cadeira de palha, móveis de madeira e de vime, faca, lavatório, colchão, espelho e quadro, flor de plástico e vassoura; e atividades industriais híbridas, caso de oficina de fabricação e conserto de cortinas.

A área de alimentos e bebidas foi constituída por agricultura das culturas de café, cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão, arroz, amendoim, verduras, frutas e cereais; pecuária bovina (carne e leite), porcos, peixes, aves e ovos; comércio de bebidas diversas, açougues, frutas, quitandas, mercearias, padarias, confeitarias, armazéns, secos e molhados e cereais; serviços de leiterias, salsicharias e restaurantes; indústrias de açúcar refinado, rapadura, arroz beneficiado, doce, fubá, café, óleo comestível, charque, sorvete, leite e manteiga, massas diversas, aguardente, gelo, cerveja, vinho, vinagre, licor e gasosa; e atividades industriais híbridas, caso de padaria e confeitaria, uma indústria que vendia produtos de fabricação própria e comercializavam produtos alimentares diversos de outros fabricantes.

A área financeira abarcava os serviços de comissários, casa de penhores, casas bancárias, agências de bancos, cambistas, seguradoras (seguros de vida, para empresas e diversos) e capitalistas.



A área de saúde englobava comércio de farmácias; serviços de dentistas, dos hospitais Santa Casa de Misericórdia (1896) e Beneficência Portuguesa (1907), médicos, oculistas especializados, massagista, casas de saúde e parteiras; e indústria de vários produtos farmacêuticos: amargo estomacal e xarope.

A área de vestuário compreendia comércio de armarinhos, calçados, chapéus, chapéus de sol, máquinas de costura e bordados; serviços de lavadores de chapéus, engraxates e relojoeiros; indústria de curtume, produtos de couro, bolsa, roupas e calçados; e atividades industriais híbridas de fabricação (indústria) e conserto (prestação de serviço) de ourivesaria, alfaiataria, costureira, sapataria e tinturaria.

A área de educação era formada por comércio de papelarias e livrarias; serviços de encadernador e de professores nos níveis de ensino básico, colégios, cursos técnicos de datilografia e de contabilidade, este na Escola de Comércio Ruy Barbosa (1923) e superior na Escola de Farmácia e Odontologia (1924).

A área de transporte foi formada por comércio de concessionária de automóveis da Ford Diederichsen (1926), material automobilístico e bicicletas, este também com conserto, de serviços das “grandes empresas de serviços públicos” (Saes, 1986, p. 144) das ferrovias Mogiana (1883) e da São Paulo Minas (década de 1920), dos pequenos prestadores formado pelos carroceiros, colocador de ferradura, ferradores de animais, cocheiras, troles de aluguel, vulcanização e “João Godoy [...] [que] Iniciou o transporte urbano, em 1925.” (Rosa; Registro, 2007, p.260) dentro do Centro; indústria de sela e acessórios para montar a cavalo; e atividade industrial híbrida de fabricação e conserto de carroças.

A área de comunicação foi constituída pelos serviços de fotógrafos, anúncios em jornais e revistas, somado às “grandes empresas de serviços públicos” (Saes, op.cit., p. 144) de telégrafo da Mogiana, a agência dos Correios (1880), ligações locais pela “Companhia de Telefone em 1898” (Cione, 1997, p.884) e interurbanas pela Companhia Rede Telefônica Bragantina; comércio de jornais e revistas editados fora do município; indústria gráfica de impressos e periódicos publicados localmente.

A área de lazer era formada por comércio de instrumentos musicais; serviços de bilhares, cinemas, distribuição de películas cinematográficas, botequins, afinadores de pianos, teatros, café cantante Eldorado Paulista (1921), cassino Antarctica (1914),



empresa de viagens, rinks de patinação, clube poliesportivo Palestra Itália (1917) e agência de companhia de pesca; indústria de fogos de artifício; e atividade industrial híbrida de luthier que fabricava e consertava instrumentos musicais.

A área mercantil diversa foi constituída por serviços de agente de negócios, armadores funerários e funerária, cartórios, advogados, solicitadores, hotéis, carregadores, oficina de gravação, concertos de mochilas, guarda-livros (contadores), costura de couro e coureiro, empalhador, leiloeiros, agente comercial, retíficas de peças e motores, armador, barbeiros, cabeleireiros e solda; comércio de bazar, charutaria, floricultura e florista e criador de coroas, loterias, produtos de fazendas diversos, ferragens, armas, brinquedo e material elétrico; indústria de cigarro, máquinas diversas, barril para bebidas, prego, rastelo, tinta para sapateiro e tipográfica, verniz e isolante, sabão e sabonete e óleo de mamona para lubrificante; e atividade industrial híbrida de fabricação e conserto de funilaria, caldeiraria, mochila e latoaria.

Assim como pelas “grandes empresas de serviços públicos” (Saes, 1986, p. 144), caso da “rede de abastecimento de água e coleta de esgotos (1900)” (Cione, 1997, p. 454) e a da Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto (1899) que produzia através de uma pequena usina e distribuía energia elétrica.

Com efeito, a instalação ampla de milhares de empresas e diversificada de centenas de grupos dentro das áreas econômicas ampliadas possibilitou a consolidação de uma estrutura mercantil completa em Ribeirão Preto, caracterizada pela afirmação autônoma e especializada dos setores econômicos primário (cafeicultura para exportação, diversas culturas agrícolas, pecuária e extrativismo vegetal) secundário (extrativismo mineral, “grandes empresas de serviços públicos” (Saes, op. cit., p. 144), indústria de transformação e construção civil) e terciário (comércio e prestação de serviços).

Isso possibilitou, na década de 1920, pela primeira vez na história de Ribeirão Preto, a perda da liderança econômica municipal unívoca da cafeicultura de exportação, a partir daí dividida e equilibrada devido a transformação dos componentes urbanos do complexo cafeeiro nas atividades econômicas urbanas, às quais iniciaram a sua contribuição determinante da modernização, desenvolvimento e aumento da produtividade do município, pois: “À medida que o “complexo cafeeiro” foi se desenvolvendo, gerou-se em paralelo um processo de urbanização [...] que passava a



operar com recursos próprios, fora da propriedade agrária cafeeira.” (Cano, 1981 apud Negri, 1996, p. 32).

No âmbito das atividades econômicas urbanas, na década de 1920, o comércio consolidou definitivamente sua liderança e prevaleceu, em especial sobre a indústria, na quantidade maior de firmas (milhares contra centenas), de diferentes produtos comercializados e fabricados (milhares contra centenas, aproximadamente “114”) (Marques, 2018, p. 136), de diversidade de grupos, subgrupos e segmentos (centenas, cerca de 121, contra dezenas, aproximadamente “68”) (Ibidem, loc. cit.).

A liderança do comércio foi construída pelos grandes capitalistas de Ribeirão Preto e região, os cafeicultores, “detentores de [...] capitais [que] estarão tentando diversificar sua “carteira de inversões”, com o objetivo básico de elevar a taxa de lucros.” (Cano, 1990, p. 199). Eles construíram essas maiores oportunidades de investir e as concretizaram ao priorizarem seus investimentos urbanos nas empresas comerciais às quais absorveram de forma complementar e elástica parte desses capitais hegemônicos, em detrimento da indústria de transformação. Inclusive, dentre aqueles empresários que investiram, inclusive, em indústrias ribeirão-pretanas, conforme o posterior **Quadro 1:**

Quadro 1- Indústrias e Industriais Que Investiram no Comércio Ribeirão-pretano de 1911 a 1930

N	Comércio	Indústria/Industrial	N	Comércio	Indústria/ Industrial
1	Bomba de Gasolina	Antônio Diederichsen	5	Hotel Palace	Paulista
2	Concessionária Veículo	Antônio Diederichsen	6	Loteamento Jardim	Antônio Lopes Veludo
3	Edifício Meira Junior	Paulista ²	7	Teatro Pedro II	Paulista
4	Ferrovia São Paulo Minas	Eletro Metalúrgica			

Fonte: CIONE, 1992, p. 360; CCP em Ribeirão Preto de 1944; ROSA; REGISTRO, 2007, p. 66; HASSE, 2004, p. 46.

Além de atender de forma convincente a maior parte da demanda do mercado consumidor ribeirão-pretano o comércio local passou, a partir da década de 1920, a expandir seu raio geográfico de atuação e satisfazer, parte da procura dos municípios vizinhos. Isso possibilitou, graças à sua distância, a ausência de concorrência direta com o comércio paulistano, o que proporcionou o início da formação de um dos principais

² A partir daqui a Companhia Cervejaria Paulista será descrita apenas como “Paulista”.



centros comerciais e de serviços autônomos no interior paulista. Em especial, em algumas atividades mercantis que inexistiam nestas municipalidades vicinais, caso de: distribuidora de película cinematográfica, hospital, faculdade, teatro e concessionária de veículos. Porque:

A análise do período 1890-1914 antecipa uma tendência do município de Ribeirão Preto, a predominância das atividades de comércio, prestação de serviços e profissionais liberais, em detrimento da indústria. Apesar de haver pequenas alterações na participação de cada um dos setores, a indústria nunca chega a ser a principal atividade”. (Lopes, 2015, p. 309)

Diferentemente da importância da indústria ribeirão-pretana nesse mercado, pois a maioria dos gêneros fabricados em Ribeirão Preto também eram manufaturados nos municípios vizinhos.

Outro motivo pelo qual os empresários, inclusive os pequenos, optaram pelo comércio foi porque a obtenção de lucro, a reprodução e a acumulação do capital investido eram mais rápidos, pois as mercadorias já estavam prontas nas prateleiras para serem desde logo vendidas e consumidas, diferente da indústria, na qual era necessária outras e demoradas etapas, como necessidade de prévia criação, ou existência da demanda, encomenda, fabricação, entrega e recebimento do dinheiro, pois: “Mais desejoso de proteger os lucros imediatos de que de aparelhar-se para o futuro, o empresário participava dessa política.” (Dean, 1971, p. 253).

Além dos obstáculos econômicos impostos pelo comércio local, algumas ações e omissões políticas e ideológicas acerca da indústria ribeirão-pretana de 1911 a 1930 serão descritas no tópico a seguir.

Ações e Omissões Ideológicas e Políticas acerca da Indústria de Ribeirão Preto de 1911 a 1930

Algumas ações foram realizadas pelos governos com algum benefício para a indústria de Ribeirão Preto. Tanto no âmbito municipal, pois a Prefeitura realizou certo tipo de “investimento direto estatal [...]” (Negri, 1996, p. 18) em atividades industriais locais, no entanto, com objetivos mais voltados à infraestrutura. Assim, implantou a Pedreira Municipal, visto que “[...] em 9 de outubro de 1912 [...] [consta] uma pedreira [...] do Morro do Cipó [...] Desta pedreira foram retiradas as pedras para o calçamento



das ruas da cidade [...]” (Pereira et. al., 2018, pp. 18 , 21 e 61) e entre os anos de 1920 e 1926, inaugurou: “uma fábrica municipal de tubos[...] de *Beton Coignet* [...] destinada ao saneamento das beiradas dos córregos e dos brejos que circundavam a cidade [...] utilizados na construção de galerias de águas pluviais e das tubulações de esgoto.” (Guião, 2014, p. 37; Guião, 1923, p. 6; Lopes, 2011, p.71).

Por último, na área de alimentos, implementou os Matadouros Municipais, tanto daquele “instalado no Centro (1874) e transferido para o Barracão (1903)” (Silva, 2008, p. 101) como do distrito da Vila Bonfim, este funcionando aproximadamente desde 1918.

Assim como no âmbito estadual foi criada a primeira instituição de ensino profissionalizante em Ribeirão Preto, a Escola Profissional Secundária Mista de Artes Ofícios, que foi criada para atender parte da demanda por operários em alguns ofícios industriais pelo “[...] governo do Estado [...] oficialmente inaugurada em julho de 1927, pelo Decreto Estadual n. 4255 [...] [e] Em 1930, sai a primeira turma de artífices – os primeiros mecânicos, marceneiros, fundidores [...]” (Cione, 1997, pp. 260- 262).

A criação dessa escola ocorreu em um contexto caracterizado pelo fato de que: “A constante complexidade, diversidade e especialização da economia ribeirão-pretana demandava a formação de novo contingente de mão de obra com conhecimento técnico necessário para as novas funções laborais [...]” (Marques, 2018, p. 30).

Assim como de algumas ideias positivas, caso do início de uma certa valorização industrialista, pois alguns artigos ufanistas enfatizaram alguns aspectos positivos do crescimento industrial ribeirão-pretano, por exemplo: “[...] perfectibilidade das suas indústrias [...] onde a vida industrial tem tido grande desenvolvimento. (Parecer da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados Estaduais; manufacturas que se aperfeiçoam duma forma vertiginosa.” (Almanaque de Ribeirão Preto de 1913, pp.17-18).

Todavia, ocorreram de forma minoritária, restrita aos poucos casos de indústrias instaladas de grande porte e, reverberando até, em algumas pequenas e médias, como Diederichsen e Inecchi, por serem consideradas fontes importantes de impostos, riquezas, rendas e empregos, seu maior uso de máquinas e tecnologia e ao seu destaque arquitetônico e urbanístico na paisagem ribeirão-pretana, exemplificados em suas grandes



plantas e prédios fabris, instalados em um ou mais quarteirões, conforme mostrados pela **Tabela 1** abaixo:

Tabela 1- Áreas das Plantas das Grandes Indústrias de Ribeirão Preto Instaladas de 1911 a 1930

Numeração	Indústria	Área	
		1ª Planta	2ª Planta
1	Antártica	24.000 m ²	—
2	Eletro	600.000 m ²	—
3	Paulista	2465 m ²	11.398, 51

Fonte: CIONE, 1997, p. 799; CIONE, S.I., p. 360; DOESP 08 jun. 1913; SILVA; ROSA, 2012, p. 117.

No entanto, na maioria dos casos prevaleceram omissões. Caso da Câmara Municipal, pois as políticas acerca da indústria estiveram ausentes dos projetos dos vereadores nesse período, visto que não foi editada nenhuma lei específica sobre o setor industrial local. Um dos motivos para explicar tal situação foi o fato de que nenhum empresário industrial foi investido em mandato de edil, tampouco de prefeito, conforme pode ser verificado na posterior **Tabela 2**:

Tabela 2- Profissão dos Vereadores e Prefeitos de Ribeirão Preto com Mandato entre 1911 e 1930

Setor Econômico	Profissão	Quantidade	Porcentagem
Agricultura	Cafeicultor	21	51,22%
Comércio	Comerciante	2	4,87%
Serviços privados	Advogado	6	14,64%
	Médico	4	9,76%
	Engenheiro	2	4,87%
	Dentista	1	2,44%
	Dono de Jornal	1	2,44%
Serviços públicos	Funcionário Público	4	9,76%
TOTAL		41	100 %

Fonte: CÂMARA DE RIBEIRÃO PRETO, 2015, pp.38-45; ROSA; REGISTRO, 2007, passim; Almanaque Laemmert de 1911; SUZIGAN, 2000, p. 77.

Em um total de 41 vereadores e prefeitos com profissões levantadas, 21 eram do setor econômico da agricultura (51,22 %), sendo todos (100%) cafeicultores; dois comerciantes (4,87%), ambos proprietários de comércio de secos e molhados; 14 prestadores de serviços privados (34,14%), sendo seis advogados, quatro médicos, dois



engenheiros e um dentista e proprietário de jornal cada; além de quatro integrantes dos serviços públicos, no caso, funcionários públicos (9,77%).

No entanto “Na República Velha [...] Os vereadores [e prefeitos] eram fazendeiros ou profissionais e empresários aliados àqueles [...] a maioria dos novos profissionais liberais eram os próprios filhos dessa mesma aristocracia.” (Walker, 2000, p. 128).

Das décadas de 1870, desde a criação da Câmara Municipal em 1874, a de 1920, a maioria dos vereadores e prefeitos defenderam de forma hegemônica as ideias econômicas gerais e ideologias do deixar fazer (*laissez faire*), do liberalismo econômico irrestrito, a fisiocracia e as vantagens comparativas da cafeicultura, devido ao seu poder predominante político e econômico no município e na região, pois:

A produção local tende a especializar-se em produtos primários. Essa tendência própria à divisão do trabalho no seio da economia mundial capitalista encontra forte apoio ideológico entre os representantes das oligarquias brasileiras, defensoras da nossa “vocaçãõ agrária”. (Silva, 1981, p. 108).

Para além da participação e das práticas governamentais pelos entes estadual e municipal as práticas políticas foram concretizadas na sociedade civil em novas instituições e espaços de articulação e demandas criadas até 1930, como representantes das novatas classes sociais e econômicas urbanas.

Por parte da classe dos trabalhadores foram criadas a Associação dos Empregados no Comércio (AEC) (1920) representando a importante parcela dos comerciários e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) (1922) como representante dos proletários em geral, e de prestadores de serviços e industriais, em especial.

Em relação às classes patronais e dos autônomos foram constituídas a Sociedade União dos Viajantes (SUV) (1903), representante dos vendedores cametás e mascates e a Sociedade Auxiliadora dos Chauffers (SAC) defensora dos interesses dos motoristas de trolés e coches, movimentado por cavalos, e de veículos automotores.

Outra instituição patronal foi a Associação Comercial de Ribeirão Preto, fundada em 1904 por alguns comerciantes que se associaram com consciência de classe e objetivos de concretizar certas demandas para defender os interesses do setor do comércio, já com alguma diferenciação em relação à parceria feita na Câmara Municipal pelos profissionais liberais e prestadores de serviços urbanos, conforme as vontades da cafeicultura. Realizada em um processo para construir uma nova classe média, no entanto ainda sem



uma força e poder efetivos devido ao seu funcionamento intermitente e à quantidade pequena de associados, necessitando ainda do aceite social explícito dos cafeicultores, alguns dos quais investiram, também, no comércio, assim como tácito dos cafeicultores, apenas.

Alguns dos seus sócios, tesoureiros, diretores e presidentes não eram comerciantes porque eram dedicados à prestação de serviços, às profissões liberais e à construção civil.

Em especial, à alguma atividade industrial. No entanto, se dedicavam, também, ao comércio concomitantemente o qual foi a sua principal, e mais lucrativa, fonte de lucros. Exemplos dos sócios de uma “empresa comercial fabricante de produtos” (Marques, 2018, pp. 132-133), dos presidentes, tanto de Augusto Guimarães, dono de pequena gráfica, mas que vendia produtos de papelaria e escritório não fabricados pela empresa, de 1927 a 1929, como de Antonio Diederichsen, de 1907 a 1911 e de 1916 a 1926, sócio de uma serraria e fundição nos fundos da firma, mas, também, de importadora, loja de venda de produtos diversos, concessionária de veículos e bomba de gasolina.

Assim como os proprietários de duas empresas de comércio e indústria separadas, caso de Albano José de Carvalho “presidente de 1911 a 1916 [...] comerciante [...] proprietário de uma casa de couro” (Garavazzo; Porto, 2004, pp. 226- 232) e um dos sócios do curtume Stefani & Carvalho.

Além da omissão na sua participação política governamental e na constituição de um grupo autônomo na sociedade civil os empresários industriais de Ribeirão Preto tiveram vários problemas para assumirem noções e ideologias industrialistas ao reproduzirem ideias confusas, equivocadas e anti-industriais, a seguir descritas.

A diversidade e a fluidez das atividades mercantis em Ribeirão Preto causaram uma confusão entre os empresários industriais acerca da atividade a qual se dedicavam. Algumas práticas empresariais eram realmente confusas, caso das empresas dedicadas às atividades industriais híbridas, que, além da indústria, se dedicavam, concomitantemente, a outros ramos econômicos.

Tanto de prestação de serviços, pois, também, consertavam e faziam a manutenção dos produtos que produziam ou feitos por outros fabricantes, exemplo, consertos de carroças pelos Irmãos Vecchi e solda pelas Oficinas Bianchi; como comércio, caso dos



Irmãos Vecchi que se dedicavam a “secos e molhados” (Imposto de Indústrias e Profissões de 1919 apud Silva, 2006, p. 181) na parte frontal e principal da empresa, somada à fabricação caseira de sabão nos fundos, um caso de “empresa comercial fabricante de produtos” (Marques, 2018, pp. 132-133) a qual auferia um lucro maior na atividade comercial.

Certos grupos e subgrupos realizados por pequenas e micro indústrias habitualmente possuíam o costume, por uma parte dos ribeirão-pretanos, e por seus sócios, de não serem nomeadas de atividade industrial, por isso, eram conceituadas, de forma equivocada, em outros ramos econômicos. Exemplos, à agricultura (moinho de fubá, máquinas de beneficiar arroz e milho), à pecuária (beneficiamento de leite e laticínio), ao comércio (gráfica) e à construção civil (fabricação de ladrilho e pedra).

Por isso predominou a ideologia anti-industrialista através do limitado reconhecimento social das micro e pequenas indústrias abalizado por critérios financeiros (com parca retirada de *pró-labore*), de tamanho (empreendidas em minúsculas oficinas artesanais, de fundo de quintal e fabriquetas), todavia atingiam os similares empreendimentos comerciais, e, em especial, salubres e higiênicos (sua nomeação com palavras e expressões pejorativas, como sujas, feias, bagunçadas e barulhentas). Reproduzida por boa parte dos seus proprietários que, graças a um certo constrangimento, não assumiam uma consciência de industrial e se consideravam como representante do comércio e comerciante dos produtos fabricados pela empresa da qual era sócio.

Tal ideologia foi produzida por boa parte dos consumidores de renda, poder aquisitivo, necessidades e hábitos de consumo altos e cada vez maiores, os cafeicultores, seus familiares e pela ascendente classe média, formada por funcionários da cafeicultura com função técnica e melhores rendimentos, comerciantes prósperos e algumas classes de profissionais liberais, em especial advogados, médicos, dentistas, contadores e engenheiros, os quais comparavam e preferiam consumir a grande e crescente variedade de milhares de produtos supridas pelo comércio local, nacionais e importados, estes em especial, mais caros, mas de melhor relação custo/benefício.

Avalizado pelos comerciantes locais os quais passaram a preterir o fornecimento de parte dos produtos fabricados no município graças a sua menor diversidade e qualidade, por isso desdenhavam o similar local, emulando as congêneres paulistanas,



pois: “A resistência a artigos nacionais estorvou substancialmente o crescimento da indústria no país, criando atitudes auto limitativas e antiprogressistas na sociedade vigente.” (Dean, 1971, p. 253).

Reiterado por que a maior parte dos produtos fabricados no município eram “bens de consumo para assalariados e *wage goods*” (Mello, 1984, p. 89), pois: “A grande massa da população só podia comprar artigos de primeira necessidade, de baixa qualidade [...]” (Dean, 1971, p. 14). Inclusive, até para esse grupo, boa parte dos consumidores do município, se irradiou essa ideologia anti-industrialista.

A partir do desvelamento das barreiras econômicas, em especial do comércio, e de algumas ações e omissões políticas e ideológicas acerca da indústria ribeirão-pretana é possível compreender as características econômicas majoritárias dos limites do crescimento industrial de Ribeirão Preto de 1911 a 1930 assim como de certos aspectos positivos minoritários, descritas no último tópico desse trabalho, a seguir.

Características Econômicas do Crescimento Industrial de Ribeirão Preto de 1911 a 1930

A primeira barreira econômica interna para o crescimento industrial ribeirão-pretano foi a do comércio local o qual era abastecido, em sua maioria, por mercadorias fabricadas fora de Ribeirão Preto, importadas e brasileiras, por isso ele corroborou para a segunda barreira, propriamente industrial, tanto estrangeira como paulistana.

Neste sentido, o crescimento industrial ribeirão-pretano foi determinado por uma segunda barreira imposta por fatores econômicos externos, pois o município esteve inserido na periferia industrial dupla, tanto na esfera internacional, pois o investimento hegemônico mundial foi feito na Europa e América do Norte, pois o “crescimento industrial [brasileiro] que é caracterizado como “específico” e “retardatário” porque periférico, subordinado à acumulação internacional de capital, e não autônomo.” (Mello, 1975; Silva, 1976, p. 100 apud Suzigan, 2000, p. 38).

Assim como na esfera da industrialização brasileira devido ao seu afastamento geográfico do núcleo de investimentos de capitais industriais paulista (paulistano), em



um contexto de paradigma produtivo fordista rígido espacialmente durante o “processo da concentração industrial em São Paulo [...]” (Negri, 1996, p. 12).

Em especial, consolida-se a posição do constante, mas limitado “[...] período de simples crescimento industrial [que] não provoca modificações estruturais profundas na economia” (Baer; Villela, 1975, p. 296) de Ribeirão Preto que, devido à presença econômica local coadjuvante da indústria em relação à agricultura e ao comércio, somado à limitada presença das categorias de uso mais dinâmicas de bens de capital e bens intermediários, e ao predomínio das mais simples de bens de consumo não duráveis, conforme a **Tabela 3** abaixo, não foi concretizada uma industrialização ribeirão-pretana.

Tabela 3- Quantidade e Porcentagem das Indústrias de Ribeirão Preto Fundadas de 1911 a 1930 Segundo Sua Categoria de Uso Preponderante³

Ordem	Categoria de Uso	Quantidade	Porcentagem
1º	Bens de Consumo Não	6	50,00%
2º	Bens Intermediários	5	41,67 %
3º	Bens de Capital	1	8,33 %
TOTAL		12	100%

Fonte: Feita segundo classificação disponível em Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A Industrialização brasileira: diagnósticos e perspectivas. Rio de Janeiro: 1969; Censos Industriais de 1920 e 1940; FISHLOW, 1972 apud MALAN et. al., 1980, p. 281.

Dentro da estrutura industrial ribeirão-pretana, a principal categoria de uso, a de bens de consumo não duráveis teve uma leve superioridade (50,00%) sobre as demais, pois:

[...]preenche a importante função de complementar a manutenção da força de trabalho do complexo [...] Quando de sua instalação, recebe um mercado criado previamente pelo complexo, e ao entrar em funcionamento e crescer, amplia seu próprio mercado. Por sua alta lucratividade, oferece uma enorme ampliação das oportunidades de inversão ao complexo, ampliando-lhe, também, consideravelmente, o excedente. [...] os estímulos que o café

³ Duas indústrias poderiam ser incluídas em mais de uma categoria de uso “devido à partição de alguns gêneros que integram mais de uma categoria de uso [...] [e à] problemas de classificação por uso que caracterizam os demais gêneros do grupamento [...]” (MALAN et. al., 1980, p. 280). Caso da fabricação de máquinas diversas (bens de capital), parafuso, fundição de ferro e bronze (bens intermediários), fogões (bens de consumos duráveis) e caixilhos de ferro (bens de consumos não duráveis) pela Diederichsen e de charque, sabão, sabonete, telha e tijolo (bens de consumos duráveis) e carroça (bens de capital) pela Vecchi. No entanto, na tabela foi colocada apenas aquela preponderante.



proporcionou à indústria [...] [de] “efeitos para frente” [...] (Cano, 1990, pp. 79-81)

Proporcionado menos por méritos da estrutura industrial ribeirão-pretana e mais por motivos de crescimento demográfico e de demanda, pois: “[...] além do atendimento de crescimento vegetativo da população, esses ramos contaram com um aumento efetivo da procura. [...] [e do] aumento da taxa de crescimento da população.” (Pereira, 1967, pp. 28 e 66).

Neste caso, Ribeirão Preto contava em 1910 com 54.878 habitantes, passando em 1920 para 68.836, um crescimento de 13.958 moradores (25,43%), e em 1930 para 73.499 residentes, aumento de 4663 pessoas (6,77%) (<http://www.seculoxx.ibge.gov.br/população> (1910); Censo Demográfico de 1920 apud NEGRI, 1996, p. 43; SÃO PAULO, 1929).

Acompanhado do desempenho aproximado de bens intermediários (41,67%). No entanto, apesar do número interessante, foi formada por uma maioria de pequenas indústrias⁴ com as seguintes características: “manufaturas, que dependem menos de matérias-primas importadas e de tecnologia, e mais da habilidade manual e de baixos salários, também seriam competitivas [...]” (Cano, 1990, p. 124).

Essas indústrias estiveram inseridas nos “grupos industriais” (IBGE, 1957) de fundição de ferro e de bronze, curtume fornecedor das indústrias de calçados e serraria fornecedora das carpintarias, marcenarias, indústrias fabricantes de móveis, carrocerias, tacos, portas, batentes e parte de máquinas, pois: “[...] nas três primeiras décadas do século XX [...] os investimentos industriais foram também determinados pela criação de mercados como resultado de relações interindustriais [...]” (Suzigan, 2000, p. 76).

Por último, o funcionamento inexpressivo de uma indústria apenas, Bianchi, de bens de capital (8,33%), pois:

Os investimentos nas indústrias metalmecânicas aumentaram [...] para o estabelecimento de fundições e oficinas que fabricavam sobretudo artigos de metal e máquinas e implementos mais simples [...] moendas para cana [...] para o setor agrícola-exportador em expansão (e em menor escala para o setor de transportes). Na década de 1890 a especialmente nos anteriores à Primeira Guerra, foram

⁴ A exceção foi a siderúrgica Companhia Eletro Metalúrgica Brasileira, fabricante de aço. No entanto, esta indústria durou menos de uma década, foi um caso isolado e não estimulou e encadeou um conjunto sistemático de empresas similares.



realizados novos investimentos para a fabricação de pregos, parafusos e porcas, equipamentos e peças para transportes [...] (Ibidem, pp. 117,124-125).

Dentro do processo crescente de instalação em Ribeirão Preto de centenas de micro iniciada desde a década de 1880 foram instaladas oito pequenas indústrias no período de 1911 a 1930. Caso da Oficina Bianchi (1911), Serra serraria e Innechi móveis de ferro (1913), Amador pedreira (1914), Vecchi fabricante de charque e sabão (1919), Barracão curtume (1923) e Veludo serraria (1928).

A oitava indústria a ser considerada com destaque foi a serraria e fundição Diederichsen (1912) empreendida com capitais, já com certa autonomia em relação à cafeicultura, do empresário Antônio Diederichsen. No entanto, tratava-se de uma “empresa comercial fabricante de produtos” (Marques, 2018, pp. 132-133) na qual a atividade comercial gerava um lucro maior do que a industrial, pois essa grande empresa era formada, também, por “loja de ferragens, material de construção, bomba de gasolina, oficina mecânica e revenda de automóveis” (Hasse, 2004, pp. 44-46).

Ademais, ocorreu uma sutil diferenciação concretizada com as instalações das primeiras, e poucas, quatro indústrias de grande porte no município. A iniciativa foi externa, pois partiu de indústrias paulistanas que instalaram filiais ribeirão-pretanas em 1911, caso da Companhia Antártica Paulista para a fabricação de cervejas e da Moinho Santista para beneficiamento de café e arroz que a nomeou com a razão social de Companhia Moinho Central de Ribeirão Preto.

Imitada depois pelas locais às quais foram empreendidas, na sua maioria, por capitais iniciais dos cafeicultores, pois dentre “As iniciativas industriais mais arrojadas ficaram a cargo de alguns poucos indivíduos com personalidade mais empreendedora de famílias influentes e/ou mais abastadas. [...]” (Lopes, 2015, p. 317).

Primeiro, a cervejaria Paulista (1913) na qual os principais acionistas majoritários foram Saturnino Torres de Carvalho, Giuseppe Rossi, Inocência Junqueira “filha de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e Iria Alves Ferreira Junqueira” (Rosa; Registro, 2007, p.242) e Antônio Pagano.

Depois, a siderúrgica Companhia Eletro Metalúrgica Brasileira criada em 1922 por iniciativa de membros das famílias Mendonça Uchoa (Flávio de Mendonça Uchoa e Theodomiro Mendonça Uchoa), Prado (Martinho Prado Júnior, Caio da Silva Prado,



Martinho da Silva Prado, Cícero da Silva Prado, Paulo da Silva Prado, Plínio da Silva Prado e Luiz da Silva Prado), Álvares Penteados (Sílvio Álvares Penteados), do Val (Francisca Silveira do Val) e Junqueira (Manoel Maximiano Diniz Junqueira, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e Osório da Cunha Junqueira).

Porque “Alguns membros da grande burguesia cafeeira interessam-se [...] pela indústria. [...] [e] o estabelecimento de laços familiares entre a burguesia industrial nascente e a grande burguesia cafeeira facilitou uma certa fusão de capitais.” (Silva, 1981, p. 97). Apesar dos aportes de capitais iniciais por parte dos maiores capitalistas locais, regionais⁵ e paulistas, os cafeicultores, serem substanciais ambos foram aplicados em menor porcentual do que dispunham, pois eles tinham mais capital para reinvestir com a frequência necessária nesses empreendimentos de grande vulto, e mesmo em muitas novas fábricas locais, pois: “A exemplo do que parece ter ocorrido em geral em outras cidades do interior, as elites rurais pouco investiram, em relação às suas possibilidades, em segmentos industriais.” (Truzzi, 2007, p. 138).

No aspecto do investimento em novas indústrias a maioria dos grandes cafeicultores paulistas privilegiaram o investimento na industrialização paulistana e na produção das suas grandes e médias indústrias para todo o estado assim como o consequente desinteresse em produzir na maioria dos municípios do interior paulista, graças à” [...] modesta extensão do mercado para alguns deles [...] e restringe os de grande porte ([...] pelo fato de que o grande capital teria melhores condições de inversão em outros ramos, cuja produção não fosse tão atomizada). [...]” (Cano, 1990, pp. 206-207, 212). Exemplo: as famílias Prado na Vidraria Santa Marina e curtume Franco Brasileiro e Álvares Penteados na Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ) e na Companhia Paulista de Aniagens (CPA). (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/penteados-silvio-alvares>).

⁵ A noção de regional será referente à Região Administrativa de Ribeirão Preto. Abarcando, também, as microrregiões principais de Franca, Barretos, Araraquara e São Carlos. Conforme: SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 52.576 de 12 dez. 1970.



Com efeito, tanto nas grandes como na maioria das pequenas indústrias analisadas, a cafeicultura foi a principal “origem do capital inicial das indústrias” (Dean, 1971, pp. 120-124) nesse período, conforme a **Tabela 4**, mostrada abaixo:

Tabela 4- Origem do Capital Inicial das Indústrias de Ribeirão Preto Fundadas de 1911 a 1930

Ordem	Área Econômica	Otde.	Porcentagem	Atividade	Otde.	Porcentagem
1º	Produtos básicos	7	77,77%	Cafeicultura	7	77,77%
2º	Capital mercantil	2	22,23%	Secos e Molhados	2	22,23%
	TOTAL	9	100%	TOTAL	9	100%

Fonte: DEAN, 1971, pp. 120-124; SUZIGAN, 2000, p. 77.

Predominou quanto à origem do capital inicial uma quantidade (qtde.) de sete indústrias (77,77%) tanto na área econômica dos “produtos básicos” (Suzigan, 2000, p. 77) como na atividade econômica específica da cafeicultura. Neste caso, mais substancial, pois representou o total (100%) e foi a única cultura agrícola.

Em relação à área econômica do “capital mercantil” (Suzigan, 2000, p. 77) houve uma menor presença em duas empresas (22,23%); concentradas em uma única atividade econômica, de secos e molhados.

Apesar da presença porcentual menor (22,23%) um fato interessante foi a verificação de duas indústrias fundadas por empreendedores nascidos na Itália, que provavelmente ao chegar a Ribeirão Preto, não permaneceram morando e trabalhando nas fazendas de café (como a maioria dos italianos), e já se transferiram, de forma célere e se dedicaram ao comércio da área urbana e suburbana ribeirão-pretana, caso de Domenico Innechi e dos três irmãos Giovanni Vecchi, Leo Vecchi e Manfredo Vecchi, sócios da Vecchi.

No entanto, apesar da presença importante dos estrangeiros, dentre os empresários, segundo seu local de nascimento, houve o predomínio de empresários brasileiros, conforme a posterior **Tabela 5**:

Tabela 5- Quantidade e Porcentagem de Empresários das Indústrias de Ribeirão Preto de 1911 a 1930 Segundo Seus Países e Estados de Nascimento

Estrangeiro				Brasileiros			
Ordem	País	Otde.	Porcentagem	Ordem	Estado	Otde.	Porcentagem
1º	Italianos	12	37,50%	1º	Paulistas	11	34,40%



2°	Portugueses	2	6,25 %	2°	Fluminense	1	3,12 %
3°	Alemão	1	3,12 %	3°	Mineiro	1	3,12 %
_____	_____	_____	_____	4°	Sergipano	1	3,12 %
_____	_____	_____	_____	_____	Não	3	9,37 %
	Subtotal	15	46,87%		Subtotal	17	53,13%
					TOTAL	32	100,00 %

Fonte: DOESP várias datas; ROSA; REGISTRO, 2007, passim; PISANI, 1937, p. 456; <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/penteado-silvio-alvares>; Correio de São Paulo, 15 set. 1932; HASSE, 1996, p. 144; 13° Cartório de São Paulo. Certidão de Óbito de Francisco Adolfo Serra de 1947; ROTELLINI, 1906, p. 1141 e SIMÕES, s/d, p.160.

Dentre os empresários brasileiros houve o predomínio de uma quantidade (qtde.) de 11 paulistas (34,40%), nascidos quatro em Ribeirão Preto, dois em Araras e São Paulo e um cada em São Simão, Brodosqui e Areias.

Seguido pela importante presença dos imigrantes, em especial de 12 italianos (37,50%), com a pequena participação, na sequência, de dois portugueses (6,25 %) e de um alemão (3,12 %); desvelando um aspecto da substancial comunidade de estrangeiros em Ribeirão Preto até 1930 reflexo da “imigração em massa patrocinada pela economia cafeeira.” (Cano, 1981 apud Negri, 1996, pp. 28 e 228).

“Em relação à constituição jurídica das empresas” (IBGE, 1957; Cano, 1990, p. 215) houve o predomínio das “[...] sociedades de pessoas (em nome coletivo, de capital [fechado] e por quotas de responsabilidade limitada [ltda.]” (Ibidem; Ibidem, p. 215). Houve uma minoria, de três grandes de “sociedades de capital ([aberto] em comandita por ações, e anônimas” (Ibidem; Ibidem, p. 215) assim como não foi levantada nenhuma firma individual, graças a uma certa diferenciação das pequenas com as micro empresas.

Um dos principais fatores condicionantes para a instalação das indústrias em Ribeirão Preto foi a disponibilidade local dos recursos naturais e das matérias primas obtidos, em sua maioria, em volumes e valores totais, da agricultura (café, arroz e açúcar este para refrigerantes); da pecuária (charque, couros para curtume e sebo para sabão e sabonete); do extrativismo vegetal ⁶ (corte de árvores e separação de seu tronco para fornecer madeira às serrarias) e do extrativismo mineral (pedras de basalto e brita, água

⁶ Não se tratava de extrativismo mineral e vegetal porque a etapa da extração não era realizada por uma empresa separada, mas, as indústrias estudadas realizavam tanto a extração da matéria-prima quanto o seu benefício e transformação final em um novo produto, daí serem conceituadas e inseridas dentro da indústria de transformação.



mineral para bebidas, argila e barro para cerâmica). Inclusive a maior parte das fábricas ribeirão-pretanas eram um tipo de “[...] indústria de beneficiamento e transformação de produtos agropecuários [...] cuja transformação industrial significava, na realidade, um simples e direto prolongamento da atividade primária extrativa ou agropecuária. [...]” (Cano, 1990, pp.112 e 119).

A Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto produzia e distribuía energia elétrica para as indústrias, pois “A Companhia Força e Luz [...] vem revolucionar a vida industrial do município [...] fornecedora de força elétrica para as inúmeras fábricas industriais”. (Guião, 1923, p. 56). Isso permitiu um maior uso de máquinas e ferramentas elétricas mais eficientes.

Apesar do aumento do uso de eletricidade pelas indústrias de Ribeirão Preto, outro tipo de força motriz não elétrica, à vapor, utilizada pela mesma indústria concomitantemente foi levantada, conforme a **Tabela 6** abaixo:

Tabela 6- Tipos de Força Motriz Consumida Pelas Indústrias de Ribeirão Preto em 1930

Número	Indústria	Elétrica	À Vapor
1	Antártica	300 h.p.	50 h.p.
2	Diederichsen	12 h.p.	120 h.p.
3	Paulista	400 h.p.	150 h.p.
4	Serra	16 h.p.	60 h.p.
	MÉDIA	182 h.p.	95 h.p.

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1930.

A energia elétrica foi mais utilizada na maior parte de suas etapas produtivas para acionamento de suas variadas máquinas, pois: “Uma implicação importante dessa mudança [...] tecnológica foi a provável redução nos custos de produção e conseqüente aumento na competitividade [...] [que] ofereceu fonte de energia mais adequada para a mecanização da produção [...]” (Suzigan, 2000, pp. 155 e 206).

No entanto, o que chama atenção foi o uso de energia à vapor por duas grandes indústrias, Antártica e Paulista, porém em quantidade menor, em h.p., do que a elétrica em 1930 (50 a 300 e 150 a 400 respectivamente). Provavelmente foi utilizada em uma etapa específica da fabricação, por exemplo na queima de lenha para cozer a cevada, o



lúpulo e o malte como forma de economizar ou porque seu resultado final era mais eficiente.

Tabela 7- Força Elétrica Consumida Pelas Indústrias de Ribeirão Preto em 1930

Número	Indústria	Consumo
1	Antártica	300 h.p.
2	Barracão	10 h.p.
3	Bianchi	5 h.p.
4	Diederichsen	12 h.p.
5	Eletro Metalúrgica	5.200 h.p.
6	Innecchi	32 h.p.
7	Paulista	400 h.p.
8	Serra	16 h.p.
9	Vecchi	11 h.p.
MÉDIA TOTAL		665 h.p.

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1930.

Aparentemente havia uma alta média geral de consumo de força elétrica de 665 h.p. proporcionada pelas três indústrias grandes, Antártica, Paulista e Eletro Metalúrgica, e mesmo de 98 h.p., excluindo esta siderúrgica, caso excessivo até em relação as outras duas grandes fábricas.

Entretanto, considerando a maioria de seis indústrias, verifica-se um baixo consumo médio de energia elétrica de 16 h.p., conforme a noção de “[...] pequenas fábricas [...] média de 15,5 H.P. por fábrica [...]” (Centro Industrial do Brasil de 1907 apud SUZIGAN, 2000, pp. 241-242); e que pode ser inserido naqueles tipo de indústrias dentre: “[...] os segmentos “simples”, [...]em que a tecnologia permanecesse ainda de forma atrasada [...] são aquele com precário uso de máquinas e de energia elétrica.” (Cano, 1990, pp. 206-207, 212).

Nesse período, dentro do mercado ribeirão-pretano, a concorrência entre a maioria das pequenas indústrias de Ribeirão Preto foi nula, concretizada com a fabricação sem competição de gasosa pela Paulista, água tônica pela Antartica, curtume pela Barracão; móveis de madeira e de ferro, colchão, macarrão, tagliarine, sêmola e pães pela Innecchi; arroz e café pelo Moinho Central; sabão, charque, telhas, tijolos e carroça pela Vecchi; fundição de ferro e bronze, fogão, serralheria e caixilho pela Diederichsen; pedra e brita pela Amador (Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1929; Almanak Laemmert



de 1914; Propaganda da oficina mecânica de Adolfo Bianchi e Irmão apud Silva, 2006, p. 89).

Inclusive os casos limitados de concorrências precisam ser problematizados o que “faz com que a concorrência seja apenas aparente. [...] [pois] está subdividido em agrupamentos menores” (Cano, 1990, p. 210). Caso das empresas que atuaram no mesmo gênero de mecânica e dos grupos de máquinas, equipamentos e peças. Entretanto fabricavam, na sua maioria, produtos diferentes, Bianchi engenho de cana, máquinas industriais e agrícolas e Diederichsen alambique, moinho para fubá, mancal e parafuso. Os limitados casos de concretização concorrencial entre estas e outras indústrias estão no posterior *Quadro 2*:

Quadro 2- Indústrias de Ribeirão Preto Concorrentes em Subgrupos Industriais de 1911 a 1930

Gênero	Grupo	Subgrupo	1ª Concorrente	2ª Concorrente	3ª Concorrente
Bebidas	Alcoólicas	Cerveja	Antártica	Paulista	
Bebidas	Não Alcoólicas	Refrigerante	Antártica	Paulista	_____
Bebidas	Não Alcoólicas	Gelo	Antártica	Paulista	_____
Madeira	Peças de Madeiras	Serraria	Serra	Diederichsen	Veludo
Mecânica	Equipamentos	Roda d'Água	Bianchi	Diederichsen	_____

Fonte: IBGE, 1957; Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo de 1928, 1929 e 1930.

As concorrências foram entre a Paulista e a Antártica na fabricação de gelo, dos refrigerantes de guaraná de marcas homônimas e das cervejas clara e pilsen de mesmo nome com a Poker e a Trust da Paulista, as serrarias Serra, Veludo e Diederichsen acrescentada desta com a Bianchi na fabricação de um único produto, entre os vários fabricados por ambas: roda d'água.

Alguns aspectos positivos ocorreram em uma minoria de indústrias ribeirão-pretanas que vendiam na região, no estado e no Brasil, a despeito de que a sua maioria atendiam somente parte dos consumidores locais e de municípios vizinhos, caso da filial



da paulistana Antártica e da Paulista as quais contribuíram, em sua maioria, para o “Movimento de Saída de mercadorias na estação local da Companhia Mogiana durante a semana última de 1661 caixas de cervejas” (A Cidade 17 fev. 1918). E “Saídas [...] cerveja, 1.980 caixas” (A Cidade 16 mai. 1918).

A Paulista, que por vender suas bebidas para consumidores em Minas Gerais, desenvolveu as marcas de cerveja Triângulo e Zebu (DOESP 25 jul. 1917), exclusivas para fidelizar ainda mais o consumo dos apreciadores cervejeiros mineiros.

Assim como no seguinte caso “Algumas manufaturas simples [...] de grande peso e baixo preço (o que implica em altos custos de transportes) podem contar com uma condição “natural” de competitividade frente a similares” (Cano, 1990, pp. 123-124). Caso de tijolos, telhas, caixilhos de ferro, pedras, britas, toras, vigas e móveis de madeira.

Por outro lado, a principal concorrência das indústrias ribeirão-pretanas foi concretizada, de forma tripla, pelo predomínio do abastecimento e da ocupação no mercado local pelos oligopólios industriais a) estrangeiro, tanto de produtos apenas importados como daqueles fabricados no Brasil, caso do sabonete Ypiranga da Vecchi com os Sunlight e Flocos Lux da anglo-holandesa Lever, fabricados em São Paulo; e brasileiros, tanto b) paulistano, como do sabão Vecchi com o Flor das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) como; c) carioca, por exemplo, a cerveja Poker da Paulista com a Brahma do Rio de Janeiro (RJ).

As ofertas e chegadas das mercadorias fabricadas por indústrias externas ao município, tanto por esses oligopólios como por outras grandes e médias indústrias eram possibilitadas por uma estrutura de distribuição e abastecimento contínuas de produtos suprida de forma sempre crescente, variada, diversificada e com novidades, em boa parte, pela grande e crescente rede de revendedores dos produtos que atingiam e estimulavam a ascensão dos comércios e dos mercados consumidores de municípios do interior, assim como ocupavam e atendiam a maior parte desse comércio, em especial do ribeirão-pretano.

No caso específico do aumento do abastecimento pela indústria paulistana, pois:

De um lado, a acumulação de reservas financeiras durante a guerra, pelas empresas industriais [...]forçou um decisivo aumento do nível de inversão, no que expandiu consideravelmente a capacidade produtiva instaladas dessa indústria. Isto, evidentemente, passava a



exigir uma expansão equivalente do mercado [...] “interno” [...] “interior” [...] cada indústria, em suas próprias regiões[...] para que aquela ampliação potencial pudesse se transformar em aumento efetivo da produção[...] Ela pode crescer, deslocando parte das importações provenientes do exterior ou de outras regiões e pode também conquistar gradativamente grande parte da expansão “marginal” do próprio mercado a que está subordinada. [...] a indústria paulista consolida nessa década [...] de 1920 [...] sua própria reserva de mercado interno, cujo processo já marcara passos importantes durante a primeira guerra mundial. (CANO, 1990, passim)

Com efeito, os bens de consumo não duráveis leves paulistanos eram fabricados em indústrias de porte e escala de produção maiores, nas quais ocorriam constantes estímulos para o aumento na sua capacidade produtiva instalada e nas possibilidades futuras de lucros, visto que conseguiam um custo final interessante, que possibilitava preços de relativa melhor relação custo-benefício e, em certos casos, até de modo absoluto, mais baratos e de qualidade melhor do que os similares ribeirão-pretanos.

O crescente abastecimento da indústria paulistana no comércio ribeirão-pretano foi possibilitado pela sua circulação frequente pela ferrovia Mogiana, especialmente nos produtos de baixo valor agregado e leves, que, por já possuir uma circulação previamente garantida no sentido capital-litoral para a exportação de café e ter uma parte dos seus custos operacionais já amortizados cobrava valores de fretes baixos e vantajosos, pois “o censo de 1920 mostra que a relação entre os gastos com fretes e carretos e o valor bruto da produção industrial era de 2% a 3% em São Paulo [...]” (Cano, 1990, p. 214).

Sua presença só não foi maior devido à ocorrência de gargalos na distribuição, devido às reduzidas quantidades de horários com “Número de trens diários à capital, dois pela Mogiana” (SÃO PAULO, 1951, p. 874) e esses obstáculos logísticos ainda não tinham sido resolvidos, apesar da possibilidade de existência do transporte rodoviário com a construção da estrada de terra para São Paulo em 1922, no entanto ainda de uso minoritário, ocasional e não sistemático, sem linhas regulares e diversificadas de auto-ônibus e de transportadoras por caminhões, pois ainda era uma espécie de caminho de rali e aventuras para os endinheirados ribeirão-pretanos donos dos poucos automóveis de passeios do município.

Portanto, se para a indústria de Ribeirão Preto “A distância de 419 quilômetros de São Paulo pela ferrovia” (EGAS, 1925, p. 1549) em relação ao núcleo da industrialização paulista e brasileiro foi longa, por outro lado, para as fábricas do Brasil, em especial, de



São Paulo e do Rio de Janeiro (RJ), e do exterior foi próxima, pois suas referências de escalas consumidoras eram muito maiores, acima de milhares de quilômetros, pois era nacional para ambas e internacional (América do Sul e Central) para as subsidiárias estrangeiras, por isso:

[...] o transporte facilitado pela ferrovia pode ter desestimulado o surgimento e a consolidação de uma indústria municipal. Os diversos bens comercializados vinham da capital ou diretamente de Santos, a fim de serem comercializados e distribuídos, tanto para os habitantes do município como para aqueles residentes em cidades circunvizinhas. (LOPES, 2015, p. 309).

Outro aspecto importante foi que prevaleceu a menor criação de demanda e de oferta de novos produtos e, por outro lado, o predomínio da fabricação à reboque da procura prévia já atendida por outras empresas. Casos da Paulista que iniciou sua fabricação após copiar os mesmos subgrupos de bebidas já produzidos por sua concorrente, a Antarctica. Após a falência de micro indústrias locais que manufacturavam um produto específico, bala, por exemplo. Por fim, na substituição de bens já vendidos no comércio local com distribuição e abastecimento falhos.

As falências ocorreram com frequência maior nas “551 [micro] pequenas indústrias [...] [com] duração média geral de 7,35 anos” (Marques, 2018, p.135) não analisadas nesse trabalho. Por outro lado, no caso das pequenas indústrias foi um fenômeno menor, pois: “[...] as quebras desse tipo de empresas não deveriam ter sido tão grandes, tanto pelo fato de que elas operam a baixos custos fixos, como pelo fato de que a maior parte delas são na realidade empresas familiares, tendo assim uma resistência maior nas crises.” (Cano, 1990, p. 212). Tanto que a sua média de duração aproximada foi de 41 anos, conforme a **Tabela 8** abaixo:

Tabela 8- Duração ⁷ das Indústrias de Ribeirão Preto Fundadas de 1911 a 1930

No	Indústria	Duração	Anos	No	Indústria	Duração	Anos
1	Amador	1914 a 1965	51	7	Innecchi	1910 a 1958	48
2	Antártica	1911 a 1998	87	8	Moinho Central	1911 a 1960	49
3	Barracão	1923 a 1968	45	9	Paulista	1913 a 1973	60
4	Bianchi	1911 a 1951	58	10	Serra	1913 a 1972	59
5	Diederichsen	1912 a 1953	50	11	Vecchi	1919 a 1950	31

⁷ As durações de funcionamentos são aproximadas, pois foram tabuladas a partir de dados numéricos retirados apenas das fontes pesquisadas.



6	Eletro Metalúrgica	1922 a 1931	9	12	Veludo	1928 a 1947	19
						MÉDIA	41,45

Fonte: CASTRO, 2015, p. 26; ACIRP, 1994, p. 33; Empreender S/A 2008; PORTO, 1953; Ribeirão Preto, 1951; CIONE, 1997, p. 862; BRASIL, 1911; SILVA; ROSA, 2012, p. 117; Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto de 1913; RP: capital da cultura, 1972; Impostos de Indústrias e profissões de 1919-1920 apud SILVA, 2006, p. 181; Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1928; DOESP 24 jul. 1947; <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/monumentos/i14m-26-cindependencia.php>.

Por outro lado, algumas indústrias ribeirão-pretanas buscavam de forma minoritária criar alguma demanda através de divulgação em propagandas, caso da Paulista, Inecchi e Eletro Metalúrgica; apesar da maior parte das empresas de serviços de comunicação locais veicularem anúncios de indústrias brasileiras e estrangeiras.

A despeito do objetivo de alguns artigos e anúncios de revistas dos principais mercados consumidores brasileiros, São Paulo e Rio de Janeiro (RJ), de divulgarem principalmente aspectos urbanos e comerciais de Ribeirão Preto, alguns abordaram e divulgaram, de forma minoritária e específica algumas indústrias ribeirão-pretanas, caso das revistas paulistanas *Ilustração Paulista* de 1918 sobre a Paulista e *A Cigarra* de 01 novembro 1922 sobre a Eletro Metalúrgica.

Conclusão

A consolidação de uma estrutura econômica ampla e diversificada, reiterada pela afirmação autônoma, especializada e equilibrada dos setores econômicos primário, secundário e terciário foi positiva para o desenvolvimento econômico geral ribeirão-pretano, pois o preparou para enfrentar com destacado prodígio, acima da ampla maioria dos demais municípios do interior paulista, os problemas da grande dependência da cafeicultura, acirrada graças aos efeitos posteriores da Crise de 1929.

Por outro lado, o investimento industrial era apenas um a mais dentre as variadas alternativas, sem um foco industrialista, o que causou uma dispersão e configurou os limites locais do crescimento industrial de Ribeirão Preto até 1930.

Fontes Primárias

13º Cartório de São Paulo. Certidão de Óbito de Francisco Adolfo Serra de 1947.



- A Cidade. 17 fevereiro 1918.
- A Cidade. 16 maio 1918.
- ACIRP. Revista comemorativa dos 90 anos da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto. Papel & Cia. Edit., 1994.
- Almanaque Laemmert de 1911.
- Almanak Laemmert de 1914.
- Almanach Illustrado de Ribeirão Preto de 1913. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia, 1913.
- BRASIL. Decreto nº 8.946, de 6 de Setembro de 1911). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8946-6-setembro-1911-516909-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 março 2020.
- Câmara Municipal de Ribeirão Preto. 2015.
- CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1992. v. 2.
- CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997. v. 5.
- A Companhia. Cervejaria Paulista (CCP) em Ribeirão Preto de 1944.
- Correio de São Paulo. 15 setembro 1932.
- Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/penteado-silvio-alvares>. Acesso em 11 março 2020.
- EGAS, Eugenio. Município de Ribeirão Preto. In: Os municípios paulistas v. II: M – Y, São Paulo: Secção de Obras D' "O Estado de São Paulo": 1925. pp. 1543- 1550.
- GUIÃO, João R. A cidade e o município de Ribeirão Preto nas comemorações do primeiro centenário da independência. Ribeirão Preto: Gráfica da Casa Selles, 1923.
- GUIÃO, Rui F. C. Forte Gente. Ribeirão Preto: Edição do Autor, 2014.
- GUIÃO, Rui F. C. Os 115 anos do Grupo Santa Emília. *A Cidade*, 20, 21 e 22 out. 2018.
- IBGE. Disponível em <http://www.seculoxx.ibge.gov.br/população>. Acesso em 11 março 2020.
- IBGE. Censo Industrial de 1957.
- PISANI, Salvatore. Lo Stato di San Paolo nel cinquantenario dell' immigrazione. São Paulo: 1937.
- PORTO, Sebastião. ABC – Associação Banco Construtor. O que fomos ontem... 1903, o que somos hoje... 1953. Edição Comemorativa do Cinquentenário da Cia. Comércio e Indústria "Antônio Diederichsen". Ribeirão Preto, 1953.
- Programa Empreender S/A, 2008. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=DJMWNQJ2TnU>. Acesso em 11 março 2020.
- REVISTA da Semana, 25 novembro 1922.
- Ribeirão Preto. São Paulo: Habitat Edit., 1951.
- RIBEIRÃO PRETO: a capital da cultura. [S.I.]:1972;
- Disponível em <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/monumentos/i14m-26-cindependencia.php>. Acesso em 18 março 2019.
- ROTELLINI, Vitaliano (Dir.). Il Brasile e gli italiani - pubblicazione del "Fanfulla". Firense, R. Bemporad & Figlio, 1906.
- SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio (SAIC). Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1928. São Paulo: Freire & Cia., 1928.



- SÃO PAULO. SAIC. Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1929. São Paulo: 1929.
- SÃO PAULO. SAIC. Estatística Industrial do Estado de São Paulo de 1930. São Paulo: , 1930.
- SÃO PAULO. Boletim Mensal de Estatística Demográfico-Sanitária de São Paulo e dos municípios de Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Guaratinguetá e Botucatu de 1929.
- SÃO PAULO. Departamento de Produção Industrial. Livro dos municípios do estado de São Paulo. São Paulo: Martins, 1951.
- SÃO PAULO. Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP). 08 junho 1913.
- SÃO PAULO. DOESP. 25 julho 1917. Registro da Marca de Cerveja Zebu da Paulista.
- SÃO PAULO. DOESP. 24 julho 1947.
- SÃO PAULO. DOESP. 03 setembro 1953.
- SÃO PAULO. Decreto n. 52.576 de 12 dezembro 1970.
- SIMÕES, Manoel. Sociedade ribeirão-pretana e sertanezina em evidência. [s.l.]: [S.n.], 2003.
- TV THATI. Programa Lugares de Memória sobre a Paulista exibido em 30 abril 2018.

Referências Bibliográficas

- BAER; Werner; VILLELA, Aníbal. Crescimento industrial e industrialização: revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil. BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CASTRO, Meire C. de. Memória do trabalho: histórias do trabalho e dos trabalhadores da Cervejaria Antártica de Ribeirão Preto (SP). 2015. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.
- GARAVAZO, Juliana; PORTO, Mauro. Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto : histórias e personagens de seus primeiros anos (1904-1930). HASSE, Geraldo (Coord.). *ACI: um espelho de 100 anos*. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.
- HASSE, Geraldo. *Filhos do fogo – memória industrial de Sertãozinho*. São Paulo: Ed. Céu e Terra, 1996.
- HASSE, Geraldo (Coord.). *ACI: um espelho de 100 anos*. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, 2004.
- LOPES, Luciana S. *Ribeirão Preto – a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011 (Coleção Nossa História, n.1).
- LOPES, Luciana S. O café e a cidade: a evolução das atividades urbanas em Ribeirão Preto, 1890 –1933. *História e Cultura*, v. 4, n. 2, set. 2015. pp. 302-318.
- MALAN, Pedro et. al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*. 2.ed. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1980.



- MARQUES, Leandro M. *As pequenas indústrias de Ribeirão Preto/SP de 1870 a 1930*. 2018. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MELLO, João M. C. de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Edit. da Unicamp, 1996.
- PEREIRA, José Carlos de M. *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo*. São Paulo: Edit. Nacional, 1967.
- PEREIRA, Marcelo et. al. *Gigantes do bosque: árvores do Parque Municipal do Morro de São Bento*. Ribeirão Preto: Os Autores, 2018.
- ROSA, Lílian R. de O.; REGISTRO, Tânia. *Ruas e caminhos: um passeio pela história de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Edit. Gráf. Padre Feijó, 2007.
- SAES, Flávio A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- SILVA, Adriana C. B. da. *Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão*. Ribeirão Preto: Edit. COC, 2006.
- SILVA, Adriana C. B. da et. al. *AEAARP 60 anos- histórias e conquistas*. Ribeirão Preto: AEAARP, 2008.
- SILVA, Adriana; ROSA, Lílian R. de O. (Org.). *Patrimônio cultural do café da terra vermelha*. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec/ Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.
- TRUZZI, Oswaldo M. S. *Café e indústria: São Carlos 1850-1950*. 3.ed. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- WALKER, Thomas; BARBOSA, Agnaldo de S. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.